

SUMÁRIO

1		
A FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO CIVIL E A EXISTÊNCIA DE BENEFÍCIOS PROCESSUAIS.....		23
1.1	O Direito Processual da Fazenda Pública ou Direito Processual Público – abrangência	23
1.2	Fazenda Pública – conceito	24
1.3	Os benefícios processuais da Fazenda Pública e sua legitimidade	28
1.3.1	O princípio da supremacia do interesse público legitima regras processuais diferenciadas à Fazenda Pública?	28
1.3.2	A constitucionalização do Processo Civil e as garantias constitucionais do processo.....	33
1.3.2.1	A igualdade processual	39
1.3.2.2	O acesso à Justiça.....	45
1.3.2.3	O contraditório e a ampla defesa.....	47
1.3.2.4	Prerrogativas ou privilégios?.....	50
1.4	A Advocacia Pública no Código de Processo Civil de 2015.....	53
1.5	os atos de comunicação processual	54
1.5.1	Intimação pessoal da Fazenda Pública.....	54
1.5.2	A citação da Fazenda Pública (Artigo 242, § 3º).....	57
1.6	exemplos de tratamento diferenciado conferido à fazenda pública à luz da jurisprudência do STJ	58
2		
COMPETÊNCIA E A FAZENDA PÚBLICA.....		61
2.1	Competência da Justiça Federal para ações relativas à Fazenda Pública federal.....	61
2.1.1	Competência para a apreciação do ingresso de ente federal em processo da Justiça Estadual	66
2.1.2	Competência territorial.....	69
2.1.2.1	Competência para julgar as ações de execução fiscal ajuizadas antes da Lei n. 13.043/2014.....	73

2.1.3	Competência da Justiça Federal e ações civis públicas.....	74
2.1.4	Competência da Justiça Federal e ações de improbidade.....	76
2.2	Competência territorial e Fazenda Pública Estadual ou Distrital.....	78
2.3	Competência Territorial e Fazenda Pública Municipal.....	82
2.4	Juizados Especializados de Fazenda Pública na Justiça Estadual.....	83
3		
	A FAZENDA PÚBLICA E OS SUJEITOS DO PROCESSO.....	85
3.1	A capacidade processual da Fazenda Pública.....	85
3.1.1	A representação dos Estados e do Distrito Federal por meio de outra Procuradoria e os limites para essa atuação (artigo 75, § 4º).....	88
3.2	A Fazenda Pública no polo passivo e a ocorrência de revelia.....	90
3.3	Intervenções de terceiros e a Fazenda Pública.....	92
3.3.1	Denúnciação da lide.....	92
3.3.2	Intervenção anômala.....	95
3.3.2.1	Deslocamento de competência para a Justiça Federal?.....	98
4		
	OS ÔNUS FINANCEIROS DA FAZENDA EM JUÍZO.....	101
4.1	Os honorários da sucumbência.....	101
4.1.1	Condenação em diferentes faixas percentuais.....	104
4.1.2	Sentenças ilíquidas e relações de trato sucessivo.....	104
4.1.3	Direito intertemporal: a partir de quando incide a nova regra de honorários nas ações em que for parte a Fazenda Pública?.....	105
4.1.4	Honorários de sucumbência e execução fiscal.....	107
4.1.5	Honorários e caráter alimentar – art. 85, §14, do CPC.....	109
4.1.6	Honorários arbitrados com base na equidade – art. 85, §8º, do CPC.....	109
4.1.7	Honorários e cumprimento de sentença em face da Fazenda.....	111
4.2	Multas processuais.....	112
5		
	OS BENEFÍCIOS DE PRAZO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA.....	117
5.1	Prazos diferenciados para a prática de atos processuais e o modelo constitucional de processo.....	117
5.2	O benefício de prazo e suas exceções.....	121
6		
	O REEXAME NECESSÁRIO.....	129
6.1	Natureza jurídica e constitucionalidade.....	129

6.2	Cabimento.....	132
6.2.1	Sentenças ilíquidas.....	136
6.2.2	Exclusão da remessa fundada em precedentes.....	137
6.2.2.1	Remessa e o precedente administrativo.....	139
6.2.2.2	Remessa necessária e sentença homologatória de acordo celebrado pela Fazenda Pública.....	139
6.2.3	Remessa necessária e legislação especial.....	140
6.3	O julgamento antecipado parcial do mérito dá ensejo ao reexame?.....	141
6.4	Procedimento e recursos da decisão do reexame.....	144
7		
	MEDIDAS DE URGÊNCIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	149
7.1	Vedações a medidas de urgência em face da Fazenda Pública – A ADI 4296.....	152
7.2	A estabilização da tutela antecipada antecedente e a Fazenda Pública.....	160
8		
	EXECUÇÃO DE QUANTIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	165
8.1	A especialidade procedimental.....	165
8.2	Características procedimentais.....	168
8.2.1	Cumprimento de sentença por quantia certa.....	170
8.2.1.1	Cumprimento provisório de sentença em face da Fazenda Pública?.....	180
8.2.2	Execução de título extrajudicial.....	183
8.2.2.1	Embargos à execução.....	183
8.2.2.2	Remessa necessária e apelação.....	185
8.3	Meios de satisfação ao exequente: precatório e requisição de pequeno valor	187
8.3.1	As requisições de pequeno valor.....	188
8.3.1.1	Parcelamento do valor da execução?.....	191
8.3.1.2	Honorários e requisições de pequeno valor.....	192
8.3.1.3	Execução de parcela incontroversa: pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor?.....	195
8.3.1.4	Incidência de honorários no cumprimento de sentença não impugnado pela Fazenda Pública?.....	197
8.3.2	O sistema do precatório.....	198
8.3.2.1	Prazos para pagamento.....	199
8.3.2.2	Meios executivos para a satisfação de precatórios em atraso.....	209
8.3.2.3	Cessão e compensação de precatórios.....	212
8.3.2.4	Expedição de novo precatório ou RPV, cancelamento e prescrição.....	216

8.3.3	As ordens cronológicas para pagamento dos precatórios.....	217
8.3.4	O regime especial decorrente da Emenda Constitucional n. 62.....	220
8.3.5	A Emenda Constitucional n. 114/21 e as regras sobre pagamento de precatórios	224
9		
	EXECUÇÃO FISCAL	227
9.1	Cabimento. A certidão de dívida ativa e os legitimados ativos.....	227
9.2	Legitimidade Passiva.....	235
9.3	Competência	241
9.3.1	A regra transitória do artigo 75 da Lei n. 13.043/2014	244
9.3.2	Execução fiscal e recuperação judicial	245
9.4	Procedimento.....	247
9.4.1	A citação do executado.....	248
9.4.2	Penhora.....	249
9.4.3	Defesa do executado.....	253
9.4.3.1	Necessidade de garantia para embargar	255
9.4.3.2	Efeito suspensivo dos embargos.....	258
9.4.3.3	Outros aspectos	259
9.4.4	Outros meios de defesa do executado	260
9.4.5	Suspensão da execução fiscal	262
10		
	MANDADO DE SEGURANÇA	265
10.1	Histórico e natureza.....	265
10.2	O direito líquido e certo	266
10.3	Prazo.....	270
10.4	Atos passíveis de mandado de segurança	273
10.4.1	Atos administrativos	273
10.4.2	Atos legislativos.....	275
10.4.3	Atos judiciais.....	278
10.4.4	Caracterização da mora	287
10.5	Legitimidade para o Mandado de Segurança.....	289
10.5.1	Legitimidade ativa	289
10.5.1.1	O falecimento do impetrante.....	290
10.5.2	Legitimidade passiva	291
10.5.3	A autoridade coatora.....	294
10.5.3.1	Correção da indicação da autoridade.....	297

10.5.3.2 Teoria da encampação	298
10.6 Procedimento	300
10.6.1 O julgamento da ADI 4296 e a contracautela.....	303
10.6.1 Verba honorária no mandado de segurança.....	305
10.7 Recursos cabíveis.....	305
10.7.1 Mandados de segurança de competência originária de juízos de primeiro grau	305
10.7.1.1 Mandados de segurança de competência originária dos Tribunais	310
10.8 Coisa julgada	314
10.9 Desistência	318
11	
INCIDENTE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE DECISÕES CONTRÁRIAS AO PODER PÚBLICO	321
11.1 Conceito e previsões legais.....	321
11.2 Natureza jurídica.....	324
11.3 Legitimidade.....	326
11.4 Competência	328
11.5 Relação do pedido de suspensão com recursos em face da mesma decisão....	330
11.6 Procedimento e recursos da decisão do incidente de suspensão	332
11.7 Duração da eficácia da decisão de suspensão.....	338
11.8 Extensão de efeitos da decisão de suspensão	342
12	
AÇÃO POPULAR.....	343
12.1 Conceito. Bens tuteláveis.....	343
12.2 Legitimidade.....	344
12.2.1 Legitimidade ativa.....	344
12.2.2 Legitimidade passiva.....	346
12.3 Atos passíveis de ação popular	348
12.3.1 Atos legislativos.....	351
12.3.2 Atos jurisdicionais	352
12.4 Competência	354
12.5 Procedimento	356
12.5.1 A decisão inicial da demanda.....	357
12.5.2 Resposta.....	359
12.5.3 Desistência e abandono.....	362
12.5.4 Sentença e coisa julgada.....	363
12.5.5 Meios de impugnação.....	365

12.5.6 Prescrição.....	367
12.6 Execução da sentença.....	368
13	
A FAZENDA PÚBLICA E OS PROCESSOS DE INVENTÁRIO.....	371
13.1 As modalidades de inventário previstas no Código de Processo Civil.....	371
13.2 A atuação da Fazenda Pública estadual nos inventários.....	374
14	
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA.....	385
14.1 Os Juizados Especiais Federais.....	386
14.1.1 Competência.....	386
14.2 Partes.....	390
14.2.1 Capacidade postulatória.....	392
14.3 Procedimento.....	394
14.4 Sistema Recursal.....	398
14.4.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau.....	398
14.4.1.1 Sentenças.....	398
14.4.1.2 Recorribilidade das decisões interlocutórias?.....	401
14.4.2 Mandado de segurança em face de decisão judicial proferida nos Juizados Federais e nos da Fazenda Pública.....	406
14.4.2.1 Decisões das Turmas Recursais.....	411
14.5 Execução.....	416
14.6 Os Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	419
14.6.1 Competência.....	420
14.6.2 Partes.....	422
14.7 Procedimento.....	425
14.8 Sistema Recursal.....	429
14.8.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau.....	429
14.8.1.1 Sentenças.....	429
14.8.1.2 Impugnação a decisões interlocutórias.....	431
14.8.1.3 Decisões das Turmas Recursais.....	433
14.9 Execução.....	436
15	
A FAZENDA PÚBLICA E OS DIVERSOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	439
15.1 O acesso à solução justa e os diversos meios de solução de controvérsias.....	439
15.2 Os diversos meios de solução de controvérsias podem ser utilizados pela Fazenda Pública? A indisponibilidade do interesse público não gera a indisponibi-	

idade do processo judicial	443
15.3 Mediações e conciliações pela Fazenda Pública.....	445
15.3.1 Regulamentação legal da consensualidade pela Administração	446
15.3.2 O regime da Lei n. 13.140, sua aplicação à esfera federal e as regras de incidência nacional. A transação por adesão	450
15.3.3 A necessária mudança de cultura e o regime de responsabilidade do advogado público	453
15.3.4 Confidencialidade da conciliação ou da mediação?.....	454
15.3.5 A criação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos	456
15.3.6 A audiência de mediação ou conciliação e a Fazenda Pública	460
15.4 Autocomposição e ação de improbidade administrativa	463
16	
A FAZENDA PÚBLICA E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	467
16.1 Autonomia da vontade e o processo	467
16.2 Negócios processuais pela Fazenda Pública	471
16.2.1 Negócios processuais sobre prerrogativas da Fazenda	473
16.2.2 Protocolos institucionais e negócios no caso concreto.....	476
16.2.3 Negócios processuais na execução fiscal e a experiência da PGFN.....	477
17	
ARBITRAGEM E A FAZENDA PÚBLICA.....	479
17.1 Arbitragem e os métodos adequados de solução de controvérsias	479
17.2 Arbitragem e Administração Pública	483
17.3 Limites da arbitrabilidade objetiva	486
17.3.1 Arbitragem e controle do mérito do ato administrativo	488
17.3.2 Arbitragem e cláusulas exorbitantes do contrato administrativo	489
17.4 Arbitragem de direito e regida pela publicidade.....	490
17.5 Formas de cumprimento da sentença arbitral	491
17.6 Arbitragem e setores de infraestrutura.....	492
REFERÊNCIAS	497